

# OS IMPACTOS CAUSADOS PELO FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA PARA A COMUNIDADE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA, ITAQUIRAÍ-MS

Gabriela Alves Maciel<sup>1</sup>

Rodrigo Simão Camacho<sup>2</sup>

**RESUMO:** Nesse trabalho apresentamos uma discussão sobre o fechamento da Escola Municipal Santa Rosa, localizada no assentamento rural Santa Rosa, município de Itaquirai/MS. O objetivo foi compreender o processo de fechamento da escola e identificar os impactos negativos, decorrentes dessa ação, na comunidade envolvida, o assentamento Santa Rosa. Discutimos o significado da escola para a comunidade e como o seu fechamento impactou negativamente na vida dos estudantes e da comunidade. Como metodologia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e o diretor da escola que trabalhavam na época de seu fechamento, com pais e mães de estudantes e, também, moradores das comunidades que foram afetadas. A fonte bibliográfica principal analisada nesta pesquisa foi o Dicionário da Educação do Campo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a interpretação das informações coletadas à luz das produções teóricas sobre Educação do Campo trazendo, assim, contribuições para compreensão das estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais camponeses pela afirmação da Educação do Campo e da importância dos saberes produzidos pelos camponeses na afirmação de seu modo de vida. Nesse sentido, consideramos que o fechamento de uma escola do campo é um grande retrocesso e vai contra todos os princípios fundamentais da Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Escola Municipal Santa Rosa; Fechamento de Escolas do Campo; Assentamento.

---

<sup>1</sup> Acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). gabrielaalvesmaciel4@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia na UFGD e na UFMS. rodrigocamacho@ufgd.edu.br.

## THE IMPACTS CAUSED BY THE CLOSING OF THE SANTA ROSA MUNICIPAL SCHOOL FOR THE COUNTRYSIDE COMMUNITY OF THE SANTA ROSA SETTLEMENT, ITAQUIRAÍ-MS

**ABSTRACT:** In this paper we present a discussion on the closure of the Santa Rosa Municipal School, located in the Santa Rosa settlement, municipality of Itaquiraí / MS. The objective was to understand the process of closing the school and to identify the negative impacts, resulting from this action, in the community involved, the Santa Rosa settlement. We discussed the meaning of the school for the community and how its closure negatively impacted the lives of students and the community. As a methodology, semi-structured interviews were carried out with teachers and the school principal who worked at the time of its closure, parents of students and also residents of the communities that were affected. The main bibliographic source analyzed in this research was the Dictionary of Countryside Education. The bibliographic research made it possible to interpret the information collected in the light of the theoretical productions on Countryside Education, thus contributing to understand the strategies of struggle of the peasant socio-territorial movements for the affirmation of Countryside Education and the importance of the knowledge produced by the rural people in the affirmation of their way of life. In this sense, we consider that the closing of a Countryside School is a great setback and goes against all the fundamental principles of Countryside Education.

**Keywords:** Countryside Education; Santa Rosa Municipal School; Closing of Countryside Schools; Rural Settlement.

## LOS IMPACTOS CAUSADOS POR EL CIERRE DE LA ESCUELA MUNICIPAL SANTA ROSA PARA LA COMUNIDAD DE CAMPESINOS DEL ASENTAMIENTO SANTA ROSA, ITAQUIRAÍ-MS

**RESUMEN:** En este trabajo presentamos una discusión sobre el cierre de la Escuela Municipal de Santa Rosa, ubicada en el asentamiento de Santa Rosa, municipio de Itaquiraí/MS. El objetivo fue comprender el proceso de cierre de la escuela e identificar los impactos negativos derivados de esta acción en la comunidad involucrada, el asentamiento rural Santa Rosa. Discutimos la importancia de la escuela para la comunidad y cómo su cierre afectó negativamente la vida de los estudiantes y la comunidad. Como metodología se realizaron entrevistas semiestructuradas a docentes y al director de la escuela que laboraba al momento de su cierre, padres y madres de familia de los alumnos y, también, a pobladores de las comunidades afectadas. La principal fuente bibliográfica analizada en esta investigación fue el Diccionario de Educación Rural.

La investigación bibliográfica posibilitó la interpretación de las informaciones recogidas a la luz de las producciones teóricas sobre la Educación Rural, trayendo así aportes para la comprensión de las estrategias de lucha de los movimientos socio-territoriales campesinos por la afirmación de la Educación del Campo y la importancia del saber producido por los campesinos en la afirmación de vuestro modo de vida. En este sentido, consideramos que el cierre de una escuela rural es un gran revés y va en contra de todos los principios fundamentales de la Educación del Campo.

**Palabras llave:** Educación del Campo; Escuela Municipal Santa Rosa; Cierre de Escuelas del Campo; Asentamiento Rural.

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho fechamento das escolas no campo tem sido uma preocupação nos últimos anos em vários trabalhos científicos porque causa impactos negativos nas comunidades rurais. Pois a cada escola fechada evidencia diversos problemas que a comunidade e os estudantes começam a enfrentar (MATOS, 2018).

Esta pesquisa foi pautada pelo objetivo geral de buscar explicar as circunstâncias do fechamento da Escola Municipal Santa Rosa e identificar os impactos negativos desse fato para as pessoas que residem no assentamento Santa Rosa.

Apresentamos o artigo em forma de temas centrais, com as seguintes nomenclaturas: Educação do Campo e sua importância para o campesinato; a história do assentamento Santa Rosa e da EM Santa Rosa; os impactos do fechamento da escola Municipal Santa Rosa para a comunidade.

Na parte metodológica foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram o fechamento da EM Santa Rosa e, com elas, trouxeram histórias e recordações de momentos vivenciados em comunidade nesta escola.

A escola pesquisada ficava localizada no assentamento Santa Rosa, no município de Itaquirai/MS. Sua conquista é fruto das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e está alinhado as perspectivas deste

movimento, que tem em suas propostas a defesa da escola pública gratuita e de qualidade com uma pedagogia que respeite a especificidade dos sujeitos do campo.

A proposta de Educação do Campo entende que os camponeses e camponesas têm o direito de viver com dignidade no campo e estudar em escolas próximas do seu território de vida.

O fechamento da EM Santa Rosa contrapõe-se a esta perspectiva defendida pelo Movimento da Educação do Campo. Desfavorece a formação de uma identidade territorial camponesa, rompendo a relação existente entre os sujeitos e a sua comunidade. Dificulta a construção de uma pedagogia que parte da realidade local a fim de pensar seus problemas e conflitos concretos e propor soluções de superações. Inviabiliza a construção do diálogo entre saberes acumulados pela experiência camponesa local e os conhecimentos técnico-científicos universais.

Consideramos que este trabalho torna vivo uma história de luta dos camponeses pela educação e, mais especificamente, da EM Santa Rosa.

A partir da narrativa e da pesquisa, conseguimos trazer ao trabalho o ponto de vista dos povos do campo envolvidos no processo de fechamento da escola municipal Santa Rosa, os desafios e toda a história por trás desse fechamento, como os sujeitos envolvidos se mantiveram após seu fechamento até a pesquisa. Quais os caminhos que os estudantes percorrem para continuar de fato na escola, como acontece a educação do campo na região.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na abordagem qualitativa e quantitativa. Recorreremos a pesquisa bibliográfica que, como defende Severino (2013), tem como objetivo a revisão de literatura de um determinado tema. Desta forma

pesquisamos em livros, artigos de periódicos, dissertações, teses, entre outros, que tratem sobre o tema.

Na parte empírica, para compor nossa análise, buscamos nas entrevistas dos sujeitos que compunham a comunidade escolar e que vivenciaram o fechamento da EM Santa Rosa, entender o significado dos impactos desse processo na vida dessas pessoas. Para resguardar o anonimato dos entrevistados, optamos por designarmos um código. As entrevistas são parte da pesquisa exploratória, tendo a intenção de compreender e familiarizar com o problema para que possamos construir hipóteses.

Especificamente, nesse trabalho, nos propomos ao estudo do fechamento da EM Santa Rosa, localizada no assentamento Santa Rosa, por isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 3 professores e o diretor da escola na época de seu fechamento, 4 pais e mães de estudantes, 7 estudantes e com 7 moradores das comunidades que foram afetadas com o fechamento da escola.

As principais referências bibliográficas utilizadas foram de pesquisadores que estão na base do desenvolvimento teórico-metodológico do Paradigma da Educação do Campo, sobretudo, àqueles que ajudaram na construção do Dicionário da Educação do Campo, que possibilitou a interpretação das informações coletadas empiricamente à luz do conhecimento teórico e trouxe contribuições para compreensão das estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais<sup>3</sup> para a manutenção das Escolas do Campo nos assentamentos conquistados.

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CAMPESINATO

---

<sup>3</sup> Movimentos sociais que lutam pela conquista de territórios, como são os movimentos camponeses que conquistaram os assentamentos da Reforma Agrária (FERNANDES, 2005; CAMACHO, 2014).

O marco inicial da Educação do Campo aconteceu em 1997, quando o movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) organizaram o primeiro encontro nacional de educadores da reforma agrária, com o tema de “com escola, terra e dignidade”. (CALDART, 2004).

Um ano depois (1998) aconteceu a primeira Conferência Nacional em Luziânia/GO com o tema: “Por uma Educação Básica do Campo”, organizada por entidades como: MST; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Universidade de Brasília (UNB); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e o Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (GTRA) (CAMACHO, 2014).

A Educação do Campo nasceu da mobilização dos movimentos socioterritoriais por uma política educacional para comunidades camponesas. Neste processo, ocorreram inúmeras lutas e resistências das comunidades camponesas e suas organizações para não perder suas escolas, suas experiências educacionais que ocorrem em suas comunidades, levando em consideração sua identidade territorial<sup>4</sup>, sua realidade como classe camponesa e o seu modo de vida e trabalho com/na terra (CALDART, 2008; CAMACHO, 2019).

O modo de vida, a identidade de classe socioterritorial camponesa e os conflitos territoriais são partes integrantes das matrizes formativas do projeto educativo reivindicado pelos movimentos socioterritoriais camponeses. É de suma importância que a Escola do Campo seja produto/produtora da lógica material e simbólica de reprodução do campesinato, dessa forma, poderá ser um mecanismo de sua resistência territorial (CAMACHO, 2019, CAMACHO; VIEIRA,

---

<sup>4</sup> A identidade territorial camponesa é fruto da somatória da parte material do território (chão) mais a sua identidade de classe. É construída a partir de suas relações sociais/biopsicossociais construídas, sobretudo, por meio de seu trabalho familiar, cooperativo, associativo e comunitário em seu território, envolvendo toda a sua multidimensionalidade econômica, política, cultural, socioambiental, educacional etc.

2021).

A movimento da Educação do Campo surge para se contrapor a uma ideologia dominante no Brasil que sempre afirmou que aprender a ler e escrever para os camponeses é inútil e supérfluo, nesse sentido, o camponês não necessitaria de formação escolar. Essa concepção reproduziu historicamente as desigualdades mascarando as diferenças de condições de acesso à educação formal entre campo e cidade (CAMACHO, 2014).

A Educação do Campo trouxe reconhecimento da educação como direito humano, que deve ser garantido a todos os seres humanos, independente da sua condição social. A partir das lutas sociais, dessa forma, o que era privilégio de poucos, passou a ser garantido, tendo em vista a busca da igualdade de oportunidades de acesso à educação (HADDAD, 2012).

Ao lado da Educação do Campo nasce a Escola do Campo, com experiências dos movimentos socioterritoriais camponeses na luta pela terra e pela educação, enraizada na história de luta da classe camponesa pensada como projeto de educação para fortalecer a sua resistência à expansão capitalista em seus territórios (MOLINA; SÁ, 2012).

A Escola do Campo é aquela que deve participar do processo de humanização do campesinato. Deve refletir seu modo de vida, identidade territorial, relações de trabalho e produção, saberes-fazeres, lutas, memórias etc. Mas, também, deve auxiliar na construção de diálogos com o restante da classe trabalhadora do campo e cidade e estabelecer relações com outras escalas territoriais na dialética da totalidade local/global<sup>5</sup>.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no

---

<sup>5</sup> A compreensão da relação entre o geral, o singular e o específico, a partir do materialismo dialético, permite articular a diversidade do campo sem a perda da totalidade social (CAMACHO; FERNANDES, 2017; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a construir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro. (CALDART, 2008, p.64).

Dessa forma, a Escola do Campo deve ter como princípios pedagógicos críticos-emancipatórios: solidariedade; valores humanistas e socialistas; sustentabilidade social e ambiental; valorização dos saberes-fazeres da cultura camponesa; vinculação dos conhecimentos técnico-científicos historicamente sistematizados com a realidade concreta territorial local; o trabalho na terra como princípio educativo; vínculo orgânico com organizações e os movimentos socioterritoriais camponeses; formação de consciência de classe. Deve contribuir com a formação de cidadãos críticos capaz intervir sobre a realidade numa perspectiva transformadora a fim de atuar sobre ela para a consolidação de um campo que tenha inclusão e justiça social (SILVA et al, 2021).

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), primeira legislação específica criada para a Educação do Campo, a identidade da Escola do Campo é:

[...] definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (p. 22).

A luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupá-la como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e, por inteiro, trazendo as



contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de escola que trabalhe com essa vida concreta (CALDART, 2012).

Todavia, é necessário que, dialeticamente, saibamos que a mudança estrutural radical da escola só virá como parte de um processo revolucionário mais amplo. Sem mudanças estruturais nas relações sociais dominantes vigentes, não há como realizar nossos objetivos emancipatórios por meio da educação formal, qual seja de formação de uma consciência crítica para a superação da sociedade capitalista (CALDART, 2010).

De acordo com Oliveira e Campos (2012), ainda temos como principais desafios para a consolidação da Escolas de Educação Básica do Campo:

- a ampliação das Escolas do Campo desde a educação infantil ao ensino médio;
- a luta contra o fechamento das Escolas do Campo;
- a ampliação do investimento na formação inicial e continuada de educadores do campo;
- a construção e distribuição de materiais didáticos com conteúdos contextualizados territorialmente;
- a implementação de metodologias pedagógicas críticas-emancipatórias/contra-hegemônicas;
- a implementação da pedagogia da alternância nas Escolas do Campo;
- a constituição de coordenações de Educação do Campo no âmbito das secretarias municipais e estaduais de Educação;
- a institucionalização de diretrizes de Educação do Campo no âmbito dos planos municipais e estaduais de Educação;
- e a abertura de concursos públicos docentes respeitando a especificidade da Educação do Campo.

## GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA E DA EM SANTA ROSA: RELAÇÃO ORGÂNICA ESCOLA-COMUNIDADE

O município de Itaquiraí-MS tem sua origem decorrente do desmembramento dos municípios de Amambaí e Ponta Porã. Está localizado a 429 quilômetros da capital, Campo Grande. Possui, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto (IBGE, 2010), cerca de 18.614 habitantes e deste percentual 11.014 são residentes na área rural.

Em 1989, a partir das lutas dos movimentos socioterritoriais, tem-se o início do processo de Reforma Agrária<sup>6</sup> no município. Consideramos como Reforma Agrária: “um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. (STEDILE, 2012, p. 659).

Atualmente, há 12 assentamentos de Reforma Agrária que contabilizam um total de 2.630 famílias assentadas. Como demonstrado no mapa 1, são representados nove PAs, dos 12 existentes no município. Não há todos os *shapes* dos assentamentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Desta forma, os PAs Lua Branca, Itaquiraí e Foz do Rio Amambai não estão representados no mapa (NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019).

De acordo com o INCRA, a definição oficial que temos a respeito de Assentamentos Rurais é de uma ação governamental de desenvolvimento territorial relacionada à Reforma Agrária visando a produção sustentável, o cumprimento da função social da terra e a inclusão social dos trabalhadores rurais.

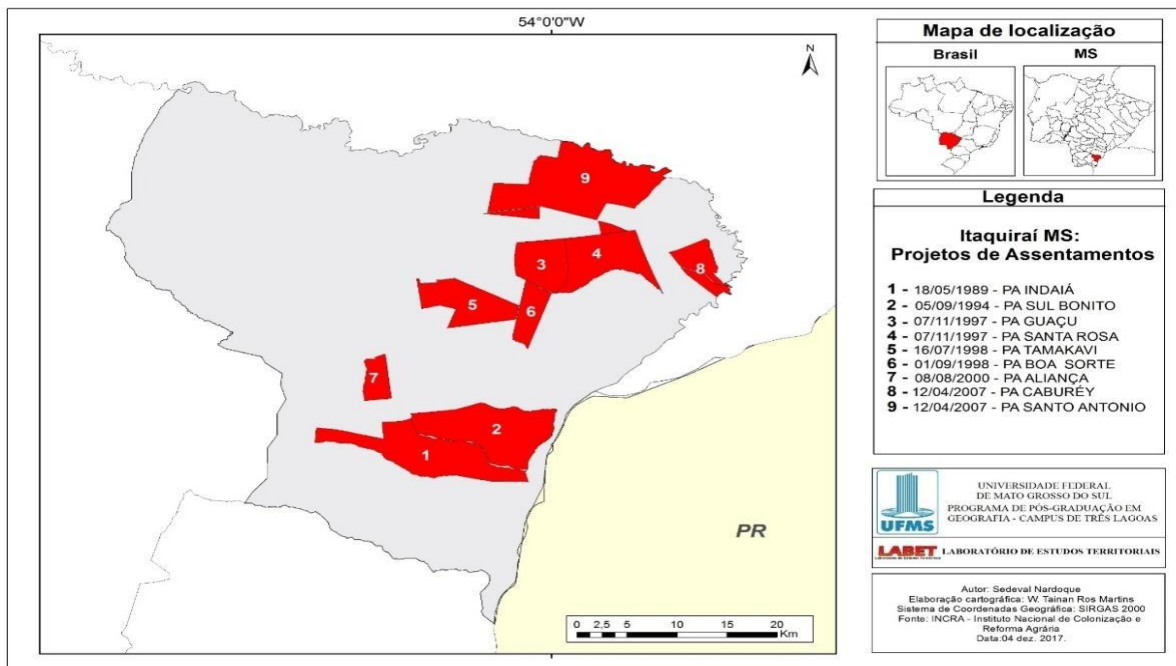
[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e

---

<sup>6</sup> De acordo com Stedile (2012, p. 665), o modelo de Reforma Agrária que temos no Brasil é denominado de Política de Assentamentos Rurais: “São aqueles programas de governo que procuram distribuir terras a famílias de camponeses, utilizando-se da desapropriação ou compra da terra dos fazendeiros. São, porém, limitados na abrangência e não afetam a estrutura da propriedade da terra”.

multissetorial, integradas ao *desenvolvimento territorial* e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e *produção sustentáveis*, na perspectiva do cumprimento da *função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural* e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148, grifo nosso).

**Mapa 1** – Itaquiraí (MS): Projetos de Assentamentos Rurais – 2014.



Fonte: NARDOQUE; KUDLAVICZ, 2019.

O assentamento rural é um território camponês. O território camponês é o espaço de vida do camponês. É uma unidade de produção e consumo familiar. Local que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos pelas populações rurais e urbanas. Mas, é, também, o local de moradia da família. É o sítio, o lote, a propriedade familiar. Também, é a comunidade, o assentamento. A relação social não-capitalista que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a

reprodução da família é fundamental (FERNANDES, 2012; CAMACHO, 2019; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Os assentamentos rurais são conquistas que ocorreram a partir das lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atuavam na região. Suas ações anos 1990 foram responsáveis pelas desapropriações das fazendas Sul Bonito, Jatobá e Zé Mano onde foram criados os assentamentos Sul Bonito, Santa Rosa e Guaçu.

A origem das famílias que estão assentadas no assentamento Santa Rosa, se deu com a formação do Acampamento<sup>7</sup> 08 de março, que recebeu esse nome por ser a data de sua fundação. Sua localização era próxima a Fazenda Mestiça, as margens da BR-163. Era composto por 2.064 famílias oriundas de diversas regiões do Brasil e do Paraguai. Durou o período de um ano e seis meses até ocorrer o processo de Reforma Agrária com a distribuição da terra oriunda da fazenda Santa Rosa.

Durante o processo de acampamento, diversas famílias passaram por várias dificuldades, não somente econômicas, mas também sociais. Dentre os desafios, com a chegada das famílias no acampamento, também surgiu a necessidade dos filhos dos Sem Terra terem acesso à educação formal. Com isso, a liderança do MST presente no acampamento foi em busca de uma escola. Nesse momento, se forma uma pequena escola itinerante.<sup>8</sup> Por ser algo provisório, foi improvisada no mesmo local que já era usado para reuniões, onde as crianças utilizavam bancos para sentar e apoiar os cadernos nas pernas. A escola atendeu mais de 20 crianças em um mesmo período. Contava com Educação infantil e

---

<sup>7</sup> "Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito a terra para produção e moradia". (FERNANDES, 2012, p.23).

<sup>8</sup>"É a denominação dada às escolas localizadas em acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)". (BABNIUK; CAMINI, 2012. p.336).

fundamental, em que professores voluntários lecionavam no próprio acampamento.

No ano de 1998, as famílias são assentadas no assentamento José Milton<sup>9</sup>, mas que passou a ser chamado de Santa Rosa, nome antigo fazenda. Já no assentamento, se formaram várias escolas em diferentes grupos, mas houve uma nucleação, se tornando em uma única escola. Localizando - se no grupo 1 do assentamento Santa Rosa.

A seguir nas figuras 1 e 2 podemos visualizar as imagens da EM Santa Rosa. Na primeira imagem está a horta da escola, onde se pode notar os pavilhões acima. A segunda foto, se trata da secretaria, localizada na entrada da escola.

**Figura 1 – Horta da EM Santa Rosa**



Fonte: Arquivo da EM Santa Rosa, 2020.

---

<sup>9</sup> Coordenador e militante do MST, assassinado em 1998, por “jagunços” de fazendeiros.

**Figura 2 – Fachada da Secretaria da EM Santa Rosa**

Fonte: Arquivo da EM Santa Rosa, 2020.

O processo de construção da escola se deu com a autorização do município e órgãos responsáveis para a retirada de madeira da mata localizada no assentamento. Um coletivo de moradores se mobilizou e juntos retiraram a madeira e foi construído um pavilhão com 6 salas, sendo 5 salas de aula e uma sala de professor e diretoria, uma cozinha e dois banheiros.

Para os moradores, essa escola sempre teve um significado de conquista e orgulho. Além de terem feito parte do processo de construção, seus filhos estudaram ali por muitos anos, sendo que, muitos deles, chegaram ao ensino superior. Para os pais, ela era considerada como segura, por estar fora de rodovias, tranquila, onde os pais confiavam que seus filhos estariam bem, possuindo um vínculo entre comunidade e escola.

A participação dos pais era bem significativa e de grande importância, e isso se refletia dentro da sala de aula na aprendizagem dos estudantes, uma vez que com a escola na comunidade, perto de suas residências, se torna mais fácil o

acompanhamento dos pais. Como relata a mãe de um estudante: “eu estava o tempo todo na escola, conversando com professores, merendeiras e outros funcionários, pois todos conheciam meu filho e sabiam me falar como ele estava se comportando”. (Entrevistada A, assentamento Santa Rosa, 2020).

Perguntado a uma egressa da EM Santa Rosa como era sua experiência na escola, ela descreve como a escola foi importante no seu processo de formação, não só na aprendizagem do currículo escolar, mas também na convivência com seus colegas, pois era um lugar também de lazer, onde existia uma empolgação de frequentar, e quando precisava faltar era algo que a deixava muito triste. Em suas palavras: “eu sentia muita alegria de ir pra escola, eu podia ir a pé, sempre chegava mais cedo pra poder conversar mais com os meus amigos, que também chegavam cedo, eu gostava disso”. (Egressa A).

Uma professora que lecionou na EM Santa Rosa por mais de 10 anos, relata que:

A escola Santa Rosa foi parte da minha vida, para mim ela era fundamental, tanto para o meu trabalho, como moro no assentamento, era muito mais fácil me locomover até a escola, mas também de convivência com os pais, que tinham uma participação maior na vida escolar dos filhos. (Professora A).

140

A EM Santa Rosa era como a alma do assentamento, onde as pessoas, muitas vezes, iam para se manter informadas de fatos que aconteciam a sua volta, onde se trocavam experiências e vivências do assentamento. Tinha uma importante ligação com o assentamento e uma grande preocupação com desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças, ou seja, “a escola precisava da comunidade e a comunidade precisava da escola para se manter em pé, nós, os pais, sempre estávamos na escola, sempre acompanhando nossos filhos na educação e ajudando sempre que precisasse. (Entrevistado B, assentamento Santa Rosa, 2020).

## OS IMPACTOS CAUSADOS PELO FECHAMENTO DA EM SANTA ROSA À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA

Nos últimos anos vem se verificando um número alarmante de fechamento de Escolas do Campo em todo Brasil, o “Brasil fecha em média, mais de 8 escolas por dia na região rural. Nos últimos 10 anos, 32,5 mil escolas do campo foram fechadas. Só em 2013 foram 3.296. Em 2003 eram 103,3 mil escolas no campo, hoje são 70,8 mil. São, praticamente, 9 escolas do campo fechadas por dia”. (COSTA, 2014, p. 2).

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) acerca do número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018, somando quase 4 mil escolas fechadas por ano<sup>10</sup>. De acordo com o Censo Escolar, de 2014 a 2019 foram fechadas mais de 12 mil escolas rurais, entre as federais, estaduais, municipais e privadas. Uma média de 2 mil escolas por ano fecharam as portas. Além disso, o campo teve queda de 145.233 matrículas na soma de todas as modalidades de ensino, sendo 5.195.387 registros em 2018, contra 5.050.154 em 2019 (JORNAL BRASIL DE FATO, 2022). Vejamos o quadro 1, esses números por região.

**Quadro 1** - Fechamento de Escolas do Campo, por região, no Brasil entre 2003-2012

REGIÃO	2003	2012	TOTAL de escolas fechadas
NORDESTE	58.819	41.927	16.882
NORTE	19.662	15.952	3.710
SUDOESTE	12.793	8.813	3.980
SUL	9329	5.604	3.725
CENTRO OESTE	2.725	1.816	908

Fonte: Censo Escolar - MEC/INEP (2003, 2012) apud SILVA et al (2021).

<sup>10</sup> Os dados foram levantados pelos professores Paulo Alentejano e Tássia Cordeiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).



A região Centro-Oeste, onde localiza-se o estado de Mato Grosso do Sul, tem o menor número de Escolas Campo fechadas, todavia, por ser a região com menos Escolas do Campo do país, significa que quase 35% das escolas foram fechadas em menos de 1 década.

De acordo com Guimarães (2017) apud Silva et al (2020) o processo de fechamento de Escolas do Campo está ligado diretamente ao processo de desterritorialização imposto às populações do campo pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio.

O fechamento das escolas na comunidade seria parte de uma estratégia de imposição de um processo de desterritorialização das populações rurais tradicionais para dar lugar físico geográfico e político a outro modelo de desenvolvimento econômico do campo, com base na agricultura do monocultivo, para atender os industriais e a economia de mercado alienígena. (p. 109-110).

Outro fator que explica a redução de estudantes em Escolas do Campo é a falta de políticas públicas que garantam a permanência do campesinato no campo. Nesse caso, a redução de estudantes não pode ser argumento para o fechamento de uma Escola do Campo, pois significa aprofundar as desigualdades e a exclusão já existentes historicamente no campo.

É preciso considerar que o número reduzido de alunos em muitas escolas do campo se relaciona diretamente com o reduzido acesso as políticas públicas que poderiam garantir a permanência das famílias na comunidade. Esse fator não pode ser ignorado pelos governos quando fazem propostas de fechamento escolar, pelo contrário, esse deve ser um motivo para garantir a permanência, muitas vezes da única política pública que existente na comunidade. (SILVA et al, 2020, p. 117).

Cabe aqui ressaltar que, mesmo com a sanção da Presidenta Dilma Rousseff, da Lei 12.960 de 27/03/2014, as Escolas do Campo continuam sendo fechadas no Brasil. Mesmo que, agora, com mais burocracia, continua sendo

prática usual nas redes públicas estaduais e municipais, pois a lei não prevê maiores sanções aos mesmos, ficando circunscrito apenas a dificultar tal prática, o qual estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 28, (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014):

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar." (BRASIL, 2014).

Isso significa que a lei não basta, é necessário mobilização. Os movimentos camponeses, junto ao movimento da Educação do Campo, reunidos em seus fóruns regionais, articulados ao Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC), devem articular a comunidade local para que haja resistência quando o poder público planejar fechar uma Escola do Campo.

O combate ao fechamento de escolas é um grande desafio. A existência de um aparato legal não é suficiente para barrar o fechamento de escolas no campo, sendo mais importante a organização comunitária. Somente unidos é que os sujeitos podem promover ações que venham a barrar o fechamento. Outros motivos podem ser apresentados para não se fechar uma escola do campo, pois além de ser um direito garantido por lei, estudar próxima a residência, facilita o acompanhamento da educação dos estudantes pelos pais, que podem participar das festividades, reuniões, ajudando a tomar decisões; reduz a evasão escolar, pode dispensar o transporte que quebra, atrasa, é cansativo e pode afetar no aprendizado, além dos riscos em estradas ruins. (SILVA et al, 2020, p.116).

O fechamento de Escolas do Campo traz consigo, na maioria das vezes, o discurso pragmático de que não compensa, financeiramente, manter essas escolas consideradas de difícil acesso. Sendo mais viável, para otimizar os gastos, concentrar os professores e os educandos em escolas maiores. Este discurso

inclui promessas como aulas nos laboratórios de informática e acesso à internet como ferramenta pedagógica para professores e estudantes, melhoria na qualidade da alimentação escolar, que passará a ser feita por profissionais das escolas maiores etc. Também, a oferta de linhas de ônibus regulares às comunidades “remotas” do campo é um argumento utilizado para legitimar o fechamento das escolas que ficam distantes das sedes dos municípios.

Todavia, todas estas promessas já são direitos que deveriam ser oferecidos às crianças e adolescentes do campo. Muitas vezes, estes discursos são construídos de maneira intimidadora por vereadores, secretários municipais, prefeitos e outras autoridades que dizem estar interessados na melhoria da “qualidade” da educação do município e buscam “convencer” os camponeses assentados de que esse é o melhor caminho para a educação das crianças e jovens.

A primeira notícia que a comunidade teve que a EM Santa Rosa poderia ser fechada veio no ano de 2015, quando ficaram sabendo do processo de construção de uma nova escola localizada em outro assentamento, o assentamento Santo Antônio, localizado a 15 km da EM Santa Rosa e acerca de 50 km de assentamentos mais distantes. A partir daí, durante todo o processo até o fechamento da escola em 2018, ocorreram muitas declarações vindas da secretaria municipal de educação, na qual enfatizaram a seguinte afirmativa de que a escola não seria fechada por completo porque os anos iniciais do Ensino Fundamental continuaria sendo ofertado na escola. Também, que apenas seria demolido um pavilhão, o qual já estava condenado pelo corpo de bombeiros e, em seu local, seria construído um “parquinho” para as crianças. Na figura 3, podemos ver a imagem da escola nos dias atuais, depois da demolição de um pavilhão, considerado de risco para os estudantes.

**Figura 3 - Estrutura atual da antiga EM Santa Rosa.**

Fonte: Autora, 2020.

A secretaria municipal de educação realizou, inclusive, declarações de que no prédio poderiam ser ofertados outros serviços como: ensino superior, ensino técnico-agrícola, semi-hospital, posto de saúde, extensão da prefeitura etc. No entanto, o que se vê lá, atualmente, contrariando tudo o que foi prometido, é apenas um lugar abandonado, onde os efeitos naturais do sol, chuva e ventos estão destruindo o que restou do prédio. Como pode ser notado nas figuras 4 e 5.

145

**Figura 4 - Prédio da antiga EM Santa Rosa**



Fonte: Autora, 2020.

**Figura 5 - Prédio da antiga EM Santa Rosa**



Fonte: Autora, 2020.

Os pais dos estudantes e demais moradores do assentamento se sentiram enganados pela secretaria municipal de educação. Como podemos observar no relato: “a secretaria de educação enganou a todos, tanto pais como alunos, fez

promessas e ilusões de uma escola dos sonhos, quando houvesse a mudança, e isso não se viu”. (Entrevistado C, assentamento Santa Rosa, 2020).

Quando perguntado para os egressos da EM Santa Rosa sobre o que sentiam com o fechamento da escola, eles relatam como uma perda de sua história e muita tristeza quando se vê o local abandonado, dizendo: “a dor é na alma, como se um pedaço da minha história está sendo destruída com o abandono e descaso das autoridades” (Egressa B, 2020)

O fechamento da escola interferiu na vida dos educandos e de toda a comunidade, por isso, a importância de trazermos à tona o relato das consequências negativas causadas na vida dos sujeitos envolvidos com o fechamento das escolas do campo e, em especial, a EM Santa Rosa.

Uma das consequências apontadas por um dos pais é a de que devido ao fato de a escola estar distante das comunidades dos educandos, muitas crianças percorrem bastante tempo para chegar até a escola, onde permanecem mais tempo dentro do transporte escolar do que, propriamente, dentro da sala de aula.

A superlotação das salas de aula é um dos problemas para as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Na escola Estadual Professora Tertúlina Martins de Oliveira, para onde os estudantes estão sendo levados, as salas de aula ficaram com mais de 40 estudantes por turma, trazendo dificuldades para o professor ensinar e, também, para o estudante aprender. (Professor B, 2020).

Outro ponto importante é o distanciamento que a família teve com a escola, como diz a mãe de um educando: “antes, na Santa Rosa, eu parecia estar em casa, mas agora, essa nova escola é tão distante de nós, tanto nos quilômetros, quanto no aconchego e recepção”. (Entrevistado C, assentamento Santa Rosa, 2020).

As escolas são fechadas sem a reflexão ou discussão sobre os impactos causados por essas mudanças na vida das pessoas e nas respectivas comunidades. Os impactos causados às comunidades são imensos, tanto do

ponto vista educacional, impossibilitando a continuidade do processo de construção de uma Educação do Campo em consonância com a identidade territorial camponesa daquela comunidade, quanto na perda do espaço de socialização que a Escola do Campo desempenha como função nas comunidades camponesas de assentamentos de Reforma Agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender o processo de fechamento da EM Santa Rosa no município de Itaquirai-MS e analisar os impactos dessa ação sobre a comunidade do assentamento Santa Rosa.

Como resultado deste estudo, destacamos alguns elementos centrais acerca do impacto sofrido pela comunidade devido ao fechamento da escola. Elencamos os seguintes:

- Distanciamento da escola com as famílias, ou seja, ruptura do vínculo escola-comunidade;
- Desvalorização da identidade socioterritorial dos estudantes;
- Cansaço provocado pela distância percorrida pelos estudantes em transportes escolares, que tem como consequência, prejuízos na aprendizagem;
- Perda de espaço de socialização pela comunidade;
- Ruptura com o processo de construção e desenvolvimento da Educação do Campo;
- Desvinculação do corpo docente com a comunidade;
- Superlotação das salas de aula na escola que recebeu os estudantes oriundos da EM Santa Rosa;
- Destruição de um patrimônio histórico-cultural da comunidade;

- Desfavorecimento para a formação de uma identidade territorial camponesa, rompendo a relação existente entre os sujeitos e a sua comunidade.
- Dificulta a construção de uma pedagogia que parte da realidade local a fim de pensar seus problemas e conflitos concretas e propor soluções de superações.
- Inviabiliza a construção do diálogo entre saberes acumulados pela experiência camponesa local e os conhecimentos técnico-científicos universais.

Esses aspectos revelados na comunidade estudada se apresentam em outros territórios camponeses atingidos pelo fechamento de escolas.

Esperamos que nosso recorte espacial sirva de denúncia a esta política funesta de destruição da Educação do Campo e de desrespeito com as populações do campo e toda a sua luta e memória de conquista. Mas, também, que este artigo possa ser um registro histórico para que nunca seja apagada a importância que teve a EM Santa Rosa para toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABNIUK, C.; CAMINI, I. Escola Itinerante. In: CALDART, R.S. et al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.336-338.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo** (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 fev. 2022.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12960-27-marco-2014-778312-publicacaooriginal-143651-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). **Educação do Campo: Campo- Políticas Públicas - Educação**. Brasília: INCRA – MDA, 2008. p. 67- 86. (Coleção Por uma Educação do Campo, 7).

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, R. S. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Revista NERA (UNESP)**, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMACHO, R. S; FERNANDES, B. M. Crítica a crítica ao paradigma da educação do campo. **Práxis Educacional (Online)**, n. 26, v.13, p.49 - 73, 2017.

CAMACHO, R. S; VIEIRA, J. M. Pedagogia do Movimento e Educação do Campo: produtos/produtoras da resistência territorial camponesa. **Revista Confins (Online)**, n. 50, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/37478>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COSTA, J. P. R. Em 10 anos, menos 35 mil escolas do Campo. **Jornal Ecoserrano**. Artigo de Opinião. Boqueirão do Leão. Publicado em 20 jun. 2014.p.04.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, B. M. Acampamento: In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 23-27.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

HADDAD, S. Direito a Educação. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 217-222.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- **censo demográfico**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/itaquirai/panorama>. Acesso em: 20 set. 2020.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Fechamento de vagas e escolas em zonas rurais preocupam famílias**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/sem-categoria/2020/01/fechamento-escolas-zonas-rurais-preocupam/>. Acesso em 20 fev. 2022.

MATOS, M. **Fechamento das escolas do campo: impactos no assentamento conquista de Sepé**. Monografia (Especialização em Educação do Campo) – Instituto Federal Catarinense, Abelardo Luz, 2018.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 326-332.

NARDOQUE, S.; KUDLAVICZ, M. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. **Geografia em questão**, v.12, n. 02, p. 110-123, 2019.

OLIVEIRA, L. M. T. de; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 239-246.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, L. M. da. et al. Educação do Campo: o fechamento de escolas em Porto Nacional – TO. **Revista Pegada**, vol. 21, n.2, p. 100-120, mai./ago. 2020.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 659-667.

Submetido em: 08 de março de 2022.

Aprovado em: 10 de julho de 2022.

Publicado em: 22 de julho de 2022.